Currículo e Educação Inclusiva: perspectivas pedagógicas para práticas inclusivas na escola

Guia formativo para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental



Bianca Burlandy Mota de Melo
Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro

Pedro & João editores

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Currículo e Educação Inclusiva: perspectivas pedagógicas para práticas inclusivas na escola

Guia formativo para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Pedro & João
editores

Bianca Burlandy Mota de Melo
Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro

Currículo e Educação Inclusiva: perspectivas pedagógicas para práticas inclusivas na escola

Guia formativo para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras.

Bianca Burlandy Mota de Melo; Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro

Currículo e Educação Inclusiva: perspectivas pedagógicas para práticas inclusivas na escola. Guia formativo para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 74p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3270-6 [Impresso]
978-65-265-3235-5 [Digital]

1. Educação Inclusiva. 2. Formação de professores. 3. Desenho Universal para a Aprendizagem. 4. Planejamento Educacional Individualizado. 5. Ensino Colaborativo. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

Apresentação

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige o compromisso de reconhecer e valorizar a diversidade presente em cada sala de aula. Nesse contexto, o professor desempenha um papel fundamental na promoção de práticas pedagógicas que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes.

Este e-book foi elaborado com o propósito de contribuir com processo formativo de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental na reflexão sobre o currículo e a organização de práticas pedagógicas inclusivas. Ao longo dos capítulos, são apresentados conceitos, fundamentos e estratégias que dialogam com os desafios vivenciados no cotidiano escolar, buscando aproximar a teoria da prática de forma objetiva e acessível.

O material aborda temas essenciais para a Educação Inclusiva, como os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo, o Plano Educacional Individualizado (PEI), visando a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, além de estratégias que contribuem para a construção de ambientes educacionais mais equitativos e acolhedores.

Mais do que apresentar conceitos, este material convida o leitor a refletir sobre sua prática pedagógica, reconhecendo que a inclusão se concretiza por meio de ações intencionais, do planejamento colaborativo e do compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes.

Espera-se que este guia contribua para fortalecer práticas pedagógicas acessíveis que respeitem as singularidades dos alunos, promovam a participação ativa de todos e auxiliem os professores na construção de uma escola cada vez mais inclusiva.

Agradecemos a FAPERJ pelo apoio por meio Programa Jovem Cientista do Nosso Estado - E-26/204.561/2024.

Sumário

1. Políticas Públicas e Educação Inclusiva: construindo caminhos para a prática docente 9
1.1 A educação como direito de todos 9
1.2 As políticas públicas e a educação inclusiva 10
1.3 Barreiras à aprendizagem e à participação 12
1.4 Formação docente e construção de práticas inclusivas 13

2. Práticas pedagógicas inclusivas: o que mostram as pesquisas científicas? 17
2.1 O cenário atual da Educação Inclusiva 18
2.2 O que as pesquisas científicas apontam? 19
2.2.1 Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) 19
2.2.2 Ensino Colaborativo 20
2.2.3 Planejamento Educacional Individualizado (PEI) 21
2.3 A formação docente como elemento fundamental 21
2.4 Conectando pesquisa e prática pedagógica 23

3. Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias para uma escola que acolhe a diversidade 27
3.1 Desenho Universal para a Aprendizagem: planejando para a diversidade 27
3.1.1 O que é o Desenho Universal para a Aprendizagem? 28
3.1.2 O DUA e a construção de um currículo inclusivo 29
3.1.3 Os princípios do DUA 30
3.1.4 O planejamento pedagógico baseado no DUA 31
3.1.5 O DUA e a prática docente 32
3.2 Ensino Colaborativo: fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas 33
3.2.1 O que é o Ensino Colaborativo? 34
3.2.2 O Ensino Colaborativo e a educação inclusiva 35
3.2.3 A colaboração como oportunidade de aprendizagem profissional 36

3.2.4 Formação docente e desafios do Ensino Colaborativo..... 36
3.2.5 Planejamento colaborativo: quando a parceria transforma a prática..... 37
3.2.6 O Ensino Colaborativo e a construção de práticas inclusivas..... 40

4. Planejamento Educacional Individualizado (PEI): planejando para as singularidades dos estudantes..... 43
4.1 O que é o Planejamento Educacional Individualizado?..... 43
4.2 O que as pesquisas científicas revelam sobre o PEI?..... 45
4.3 O PEI e a construção de práticas pedagógicas inclusivas..... 46

5. Integrando DUA, Ensino Colaborativo e PEI: da teoria à prática pedagógica..... 51
5.1 Compreendendo a relação entre DUA, Ensino Colaborativo e PEI..... 51
5.1.1 Estudo de caso..... 52
5.1.2 Integrando as estratégias..... 53

6. Oficina prática: planejando para uma escola inclusiva..... 57

7. Considerações finais..... 67

Referências..... 69

Sobre as autoras..... 73

1. Políticas Públicas e Educação Inclusiva: construindo caminhos para a prática docente

A construção de uma escola inclusiva é resultado de um processo histórico marcado pela ampliação dos direitos sociais e educacionais. Nas últimas décadas, importantes políticas públicas foram elaboradas no Brasil com o objetivo de garantir que todos os estudantes tenham acesso, permanência, participação e aprendizagem em ambientes escolares inclusivos.

Essas políticas representam importantes marcos no que concerne a escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial e evidenciam a necessidade de investir na formação dos professores e na construção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade presente nas salas de aula.

Neste capítulo, serão apresentados os principais marcos legais da educação inclusiva e sua relação com a prática docente.

1.1 A educação como direito de todos

A educação é um direito fundamental e constitui um importante instrumento para a promoção da cidadania e da participação social.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Entre seus princípios, destacam-se a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar e o respeito à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

O artigo 206, destaca os princípios da igualdade, liberdade e pluralidade, como pode ser constatado a seguir:

> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (Brasil, 1988).

A partir desse marco, novas legislações foram elaboradas visando ampliar as oportunidades educacionais e garantir que estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação tivessem seus direitos assegurados.

Para refletir: Garantir a matrícula é suficiente para promover a inclusão escolar?

1.2 As políticas públicas e a educação inclusiva

A construção de uma escola inclusiva perpassa por diferentes diretrizes e políticas públicas que orientam os sistemas de ensino na construção de escolas que considerem a diversidade humana e diferentes modos de lidar com a construção de conhecimento. Veremos algumas das principais políticas públicas implementadas no Brasil voltadas ao público da Educação Especial e Inclusiva:

•**Constituição Federal (1988)**

Reconhece a educação como direito de todos e prevê o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

•**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)**

Define a Educação Especial como modalidade de ensino e estabelece a necessidade de recursos, estratégias pedagógicas e formação docente para atender às necessidades dos estudantes.

•**Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº13146/2015)**

Fortalece a compreensão de que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência decorrem também das barreiras presentes na sociedade e destaca a importância da acessibilidade e do Desenho Universal.

• **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Decreto nº 12.686/2025, alterado pelo Decreto nº 12.773/2025)**

Reafirma o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, garantindo a matrícula dos estudantes público da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular com os apoios necessários à participação, permanência e aprendizagem. A política prevê ações relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), à acessibilidade, ao estudo de caso, à formação continuada dos profissionais da educação e à articulação entre os sistemas de ensino. O Decreto nº 12.773/2025 aperfeiçoa a política ao reforçar o direito à inclusão em classes comuns, reconhecer o respeito às especificidades dos estudantes com deficiência como princípio da Educação Especial Inclusiva, ampliar a atenção à primeira infância, fortalecer a participação das famílias nas decisões educacionais e prever apoio técnico e financeiro às instituições especializadas sem fins lucrativos que atuam de forma complementar aos sistemas de ensino.



Você sabia?

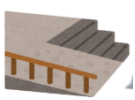
A legislação brasileira estabelece que a inclusão escolar envolve muito mais do que o acesso à escola. Ela pressupõe condições que garantam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

1.3 Barreiras à aprendizagem e à participação

As políticas públicas atuais compreendem que muitas dificuldades enfrentadas pelos estudantes estão relacionadas às barreiras existentes no ambiente escolar. A LBI (Lei nº13146/2015), conceitua barreiras como:

> IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (...) (Brasil, 2015).

A legislação brasileira reconhece diferentes tipos de barreiras que podem comprometer a participação plena das pessoas com deficiência em diversos contextos sociais. Entretanto, considerando o objetivo deste e-book, serão abordadas quatro barreiras que se destacam no ambiente escolar por influenciarem diretamente o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes que podem ser classificadas como:

Arquitetônicas	Comunicacionais	Pedagógicas	Atitudinais
			
Relacionadas ao acesso físico aos espaços escolares.	Dificultam o acesso à informação e à comunicação.	Decorrem das práticas de ensino e avaliação.	Estão associadas a preconceitos e expectativas reduzidas sobre as capacidades dos estudantes.

Fonte: autoria própria.

A compreensão desses obstáculos é essencial para que os professores desenvolvam práticas pedagógicas mais inclusivas e

promovam uma educação que respeite a diversidade de todos os alunos. A identificação dessas barreiras é um importante passo para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.



Vamos colocar em prática?

Na sua escola, quais barreiras são mais frequentes?
- Arquitetônicas.
- Comunicacionais.
- Pedagógicas.
- Atitudinais.

Que ações poderiam contribuir para sua redução?

_____

1.4 Formação docente e construção de práticas inclusivas

A consolidação das políticas públicas de Educação Inclusiva depende, sobretudo, da atuação dos profissionais da educação e das condições oferecidas pelos sistemas de ensino para que essas políticas sejam atuadas no cotidiano escolar. Nesse contexto, a formação inicial e continuada dos professores constitui um elemento indispensável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, possibilitando a reflexão crítica sobre o currículo, o planejamento, a avaliação e as estratégias de ensino voltadas à diversidade dos estudantes.

Reconhecendo essa necessidade, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, regulamentada pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que estabelece como objetivo promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, articulando ações entre a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as instituições formadoras, com vistas à melhoria da qualidade da

educação básica e ao fortalecimento de ambientes educativos inclusivos e cooperativos (Brasil, 2016).

Entretanto, apesar de dispositivos legais e da existência de uma política nacional voltada à formação docente, observa-se que muitos sistemas de ensino ainda não conseguiram estruturar programas permanentes de formação continuada capazes de responder às demandas da Educação Inclusiva. Em muitos casos, a ampliação do acesso dos estudantes público da Educação Especial às classes comuns ocorreu de forma mais rápida do que os investimentos em formação docente, apoio pedagógico, reorganização curricular e condições adequadas de trabalho, fazendo com que muitos professores assumissem o desafio da inclusão sem o suporte teórico e metodológico necessário.

A ampliação do acesso dos estudantes público da Educação Especial às classes comuns tem exigido dos sistemas de ensino a reorganização de suas estruturas e práticas, de modo a assegurar condições que favoreçam a participação, a permanência e a aprendizagem desses estudantes. Para Mendes (2019), a consolidação da Educação Inclusiva requer investimentos em formação docente, serviços de apoio, recursos pedagógicos e organização institucional, possibilitando que as escolas respondam de forma mais efetiva à diversidade presente no contexto educacional.

Nessa direção, a implementação da Educação Inclusiva exige que as redes de ensino organizem seus recursos humanos, pedagógicos e institucionais para responder às necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Isso implica fortalecer a articulação entre os diferentes serviços educacionais, qualificar os profissionais da educação e garantir condições para que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas sustentadas por recursos, apoios e planejamento. Para Mendes (2019), o avanço das políticas inclusivas depende da capacidade dos sistemas de ensino de estruturar uma rede de suporte que favoreça não apenas o acesso dos estudantes às classes comuns,

mas também sua permanência, participação e aprendizagem ao longo da trajetória escolar.

Nesse sentido, investir na formação continuada deixa de ser apenas uma ação complementar e passa a constituir uma condição essencial para que as políticas públicas de Educação Inclusiva sejam efetivamente implementadas nas escolas. Quando articulada às necessidades reais dos professores e ao contexto de atuação docente, a formação favorece a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, colaborativas e comprometidas com o direito de aprendizagem de todos os estudantes.

Para refletir: Como as políticas públicas influenciam sua prática pedagógica cotidiana?

Resumindo...

✓ A educação inclusiva e um direito e por mais que tenhamos leis..., não temos garantia por diferentes políticas públicas.

✓ A legislação brasileira busca assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

✓ As barreiras à aprendizagem podem ser arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais.

✓ A formação docente é essencial para a construção de práticas inclusivas.

✓ A escola inclusiva é construída coletivamente, por meio do compromisso com a diversidade e com o direito à educação de todos.

Desafios para o leitor:



Após a leitura deste capítulo, observe sua realidade escolar e reflita:

1. Qual política pública você considera mais presente no cotidiano da sua escola?

2. Qual barreira à aprendizagem merece maior atenção em seu contexto de atuação?

3. Que ação prática você pode desenvolver para fortalecer a inclusão em sua sala de aula?

Reflexões:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2. Práticas pedagógicas inclusivas: o que mostram as pesquisas científicas?

A ampliação das matrículas de estudantes público da Educação Especial nas classes comuns tem impulsionado importantes transformações na organização dos sistemas de ensino brasileiros. Esse movimento evidencia avanços nas políticas públicas de Educação Inclusiva, mas também amplia os desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

Nesse contexto, a produção científica tem ampliado as discussões acerca de estratégias voltadas à promoção da Educação Inclusiva, evidenciando que a garantia do direito à educação não se restringe ao acesso dos estudantes às classes comuns. Conforme destaca Mendes (2019), a efetivação da inclusão depende da implementação de políticas educacionais capazes de assegurar condições para a escolarização dos estudantes público da Educação Especial, por meio da organização dos sistemas de ensino, da oferta de serviços e recursos de apoio, da formação dos profissionais da educação e do fortalecimento de práticas pedagógicas que favoreçam a participação, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes.

Sendo assim, destacamos uma pesquisa, desenvolvida a partir de estudos publicados na *Revista Brasileira de Educação Especial* e na *Revista Educação Especial*, que permitiu identificar três abordagens recorrentes na produção científica recente: o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo e o Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Essas estratégias apresentam contribuições importantes para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, ao promoverem a flexibilização

curricular, o planejamento colaborativo e a eliminação das barreiras à aprendizagem.

Este capítulo apresenta uma síntese dessas contribuições, buscando aproximar os conhecimentos produzidos pela pesquisa científica da prática cotidiana dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

2.1 O cenário atual da Educação Inclusiva

Nas últimas décadas, o crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns da Educação Básica evidencia importantes avanços no processo de inclusão escolar no Brasil. Entretanto, esse movimento também impõe novos desafios aos sistemas de ensino, que passam a ser responsáveis por organizar condições pedagógicas, institucionais e formativas capazes de assegurar a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes. Conforme destaca Mendes (2019), a efetivação da Educação Inclusiva exige que a ampliação do acesso seja acompanhada por investimentos em formação docente, serviços de apoio, recursos pedagógicos e organização das redes de ensino, de modo que as políticas públicas se concretizem em práticas educacionais que respondam à diversidade presente nas escolas.

Nesse contexto, diversos estudos apontam que a construção de práticas pedagógicas inclusivas depende da implementação de estratégias que respeitem a diversidade presente nas salas de aula, favorecendo a participação ativa de todos os estudantes no processo de aprendizagem (Mendes, 2019; Pletsch, 2020).

Além disso, as pesquisas evidenciam que a formação continuada dos professores constitui um dos principais elementos para fortalecer a inclusão escolar, possibilitando a reflexão sobre o currículo, o planejamento e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar.



Você sabia?

O crescimento das matrículas de estudantes público da Educação Especial nas classes comuns reforça a necessidade de práticas pedagógicas acessíveis e fundamentadas em evidências científicas, capazes de garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

2.2 O que as pesquisas científicas apontam?

A análise dos estudos selecionados revelou que a construção de práticas pedagógicas inclusivas está diretamente relacionada à organização de um currículo flexível, capaz de contemplar a diversidade presente nas salas de aula.

Entre as estratégias mais recorrentes identificadas destacam-se o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo e o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), abordagens que, embora possuam características próprias, apresentam objetivos convergentes na promoção da educação inclusiva.

2.2.1 Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

O DUA favorece a construção de currículos mais acessíveis por meio da oferta de múltiplas formas de engajamento, representação e ação e expressão, reduzindo barreiras à aprendizagem e ampliando as possibilidades de participação dos estudantes (CAST, 2018; Nunes; Madureira, 2015; Heredero, 2022; Mascaro; Redig, 2024).

Ele contribui para a reorganização do planejamento pedagógico, favorecendo a construção de propostas de ensino mais flexíveis e responsivas à diversidade presente nas salas de aula.

Diferentemente do que muitas vezes se acredita, o DUA não se configura como uma estratégia destinada exclusivamente aos estudantes público da Educação Especial. Trata-se de uma abordagem que beneficia todos os estudantes, ao considerar a variabilidade humana como característica inerente ao processo de aprendizagem e propor um currículo planejado, desde sua concepção, para atender às diferentes necessidades, interesses e formas de aprender. Ao antecipar possíveis barreiras ao currículo e diversificar as estratégias de ensino, os recursos didáticos e as formas de avaliação, o DUA amplia as oportunidades de acesso, participação e aprendizagem, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e acessíveis

2.2.2 Ensino Colaborativo

O Ensino Colaborativo fortalece o planejamento compartilhado entre professores do ensino comum e da Educação Especial, promovendo corresponsabilidade, flexibilização curricular e construção coletiva de estratégias pedagógicas inclusivas (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2014; Toledo; Vitaliano, 2012; Buss; Giacomazzo, 2019; Casal; Fragoso, 2019; Silva; Lopes; Quadros, 2024).

A efetivação do Ensino Colaborativo depende da existência de tempo destinado ao planejamento conjunto, da definição clara das atribuições de cada profissional, da comunicação permanente entre os docentes e do apoio da gestão escolar. Quando essas condições são asseguradas, o trabalho colaborativo favorece a construção de estratégias pedagógicas mais articuladas e responde de forma mais qualificada às necessidades educacionais dos estudantes, especialmente daqueles público da Educação Especial

2.2.3 Planejamento Educacional Individualizado (PEI)

O PEI é um importante instrumento pedagógico para organizar objetivos, estratégias, recursos e formas de acompanhamento da aprendizagem, considerando as necessidades, potencialidades e interesses dos estudantes.

Quando elaborado de forma colaborativa, o PEI fortalece o planejamento pedagógico e amplia as oportunidades de aprendizagem (Silva; Camargo, 2021; Mascaro, 2017; Mascaro; Redig, 2021; Mascaro; Redig, 2024).

Embora apresentem especificidades, essas três abordagens compartilham um mesmo propósito: favorecer a eliminação das barreiras à aprendizagem, ampliar a participação dos estudantes e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a educação inclusiva.

2.3 A formação docente como elemento fundamental

As pesquisas analisadas evidenciam que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas depende, em grande medida, da formação inicial e continuada dos professores. Embora as políticas públicas tenham ampliado o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns, muitos docentes ainda relatam dificuldades relacionadas ao planejamento inclusivo, à flexibilização curricular e ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que contemplem a diversidade presente nas salas de aula (Mantoan, 2015; Mendes, 2019).

Além disso, os estudos selecionados nesta pesquisa indicam que o desconhecimento sobre abordagens como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo e o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) ainda representa um desafio para muitos professores, reforçando a necessidade de investimentos em processos formativos permanentes (Heredero, 2022; Mascaro; Redig, 2024; Toledo; Vitaliano, 2012; Setúval; Júnior, 2025).

As pesquisas também apontam que a formação docente torna-se mais significativa quando articulada ao cotidiano escolar e desenvolvida de forma colaborativa, possibilitando momentos de estudo, planejamento conjunto, reflexão sobre a prática e construção coletiva de estratégias pedagógicas inclusivas (Buss; Giacomazzo, 2019; Casal; Fragoso, 2019; Silva; Lopes; Quadros, 2024).

Nesse sentido, investir na formação continuada significa fortalecer a atuação docente e ampliar as possibilidades de construção de práticas pedagógicas que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, aproximando os conhecimentos produzidos pela pesquisa científica da realidade vivenciada nas escolas.



Vamos colocar em prática?

Reflita sobre sua realidade escolar:

1. Quais desafios relacionados à inclusão fazem parte do seu cotidiano?

_____

2. Que estratégias inclusivas você já utiliza em suas aulas?

_____

3. Sobre quais temas gostaria de aprofundar seus conhecimentos?

- ○DUA
- ○Ensino Colaborativo
- ○PEI
- ○Avaliação Inclusiva
- ○Adaptação Curricular
- ○Tecnologia Assistiva

2.4 Conectando pesquisa e prática pedagógica

As pesquisas científicas demonstram que a construção de uma escola inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas fundamentadas em evidências.

Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem, o Ensino Colaborativo e o Planejamento Educacional Individualizado constituem estratégias complementares que favorecem a flexibilização curricular, o planejamento compartilhado e a organização de ações pedagógicas centradas nas potencialidades dos estudantes.

Nos próximos capítulos, essas abordagens serão apresentadas de forma detalhada, oferecendo subsídios teóricos e práticos para apoiar o planejamento docente e fortalecer a construção de práticas pedagógicas inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Para refletir: Como sua prática pedagógica contempla a diversidade dos estudantes, considerando diferentes formas de aprender, o planejamento colaborativo, as potencialidades e necessidades individuais e o uso de estratégias inclusivas no cotidiano?

Resumindo...

✓ As pesquisas científicas apontam importantes contribuições para a Educação Inclusiva.

✓ A flexibilização curricular constitui um dos principais desafios da prática docente.

✓ O DUA amplia o acesso ao currículo para todos os estudantes.

✓ O Ensino Colaborativo fortalece o trabalho compartilhado entre os profissionais da educação.

✓ O PEI organiza estratégias pedagógicas considerando as singularidades dos estudantes.

✓ A formação continuada é essencial para transformar práticas pedagógicas e promover uma escola verdadeiramente inclusiva.

Desafios para o leitor:



Após a leitura deste capítulo, observe sua realidade escolar e reflita:

1. Quais barreiras à aprendizagem você identifica em sua prática pedagógica?
2. Que estratégias você utiliza para favorecer a participação de todos os estudantes nas atividades propostas?
3. Em sua escola, existem momentos de planejamento coletivo entre os professores? Como eles acontecem?
4. Você já utiliza alguma estratégia relacionada ao DUA, ao Ensino Colaborativo ou ao PEI? Em caso afirmativo, descreva uma experiência.

Ao longo deste capítulo, você conheceu algumas das principais estratégias apontadas pelas pesquisas científicas para fortalecer a educação inclusiva. Antes de prosseguir para os próximos capítulos, reflita sobre sua prática docente.

Reflexões:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3. Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias para uma escola que acolhe a diversidade

A construção de uma educação inclusiva envolve a organização de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade presente nas salas de aula e promovam oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

As pesquisas científicas têm apontado diferentes estratégias capazes de favorecer a participação, o acesso ao currículo e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Entre elas, destacam-se o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo e o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Embora apresentem características específicas, essas abordagens possuem objetivos comuns: reduzir barreiras à aprendizagem, fortalecer o planejamento pedagógico e ampliar as possibilidades de participação dos estudantes.

3.1 Desenho Universal para a Aprendizagem: planejando para a diversidade

A diversidade é uma característica presente em todas as salas de aula. Cada estudante possui formas próprias de aprender, diferentes interesses, experiências e necessidades educacionais. Nesse contexto, torna-se necessário que o planejamento pedagógico considere essa heterogeneidade desde sua elaboração, favorecendo a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma importante abordagem para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, propondo a organização do currículo a partir da antecipação das barreiras à aprendizagem e da oferta de múltiplas possibilidades de acesso ao conhecimento.

Neste capítulo, serão apresentados os fundamentos do DUA, seus princípios e algumas possibilidades de aplicação no contexto escolar.

3.1.1 O que é o Desenho Universal para a Aprendizagem?

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) teve sua origem nos Estados Unidos, na década de 1990, a partir dos estudos desenvolvidos pelo Center for Applied Special Technology (CAST), criado pelos pesquisadores Anne Meyer, David Rose e David Gordon. Inspirado nos princípios do Desenho Universal da Arquitetura, o DUA propõe a construção de ambientes educacionais que possam ser acessados pelo maior número possível de estudantes, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores.

Segundo Heredero (2022), essa abordagem oferece pressupostos didáticos que auxiliam o planejamento e a prática docente em uma perspectiva inclusiva. Além disso, estudos de Mascaro e Redig (2024) destacam que os avanços da neurociência contribuíram para a elaboração de estratégias e materiais pedagógicos capazes de ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o DUA busca oferecer diferentes caminhos para que os estudantes tenham acesso aos conteúdos e possam desenvolver suas potencialidades, promovendo um currículo mais acessível e flexível.



Você sabia?

O DUA não foi desenvolvido exclusivamente para estudantes público-alvo da Educação Especial. Seus princípios favorecem a aprendizagem de todos os estudantes, ao ampliar as possibilidades de participação e acesso ao currículo.

3.1.2 O DUA e a construção de um currículo inclusivo

O DUA parte do princípio de que as dificuldades encontradas pelos estudantes nem sempre estão relacionadas às suas características individuais, mas também às barreiras existentes no currículo e nas práticas pedagógicas.

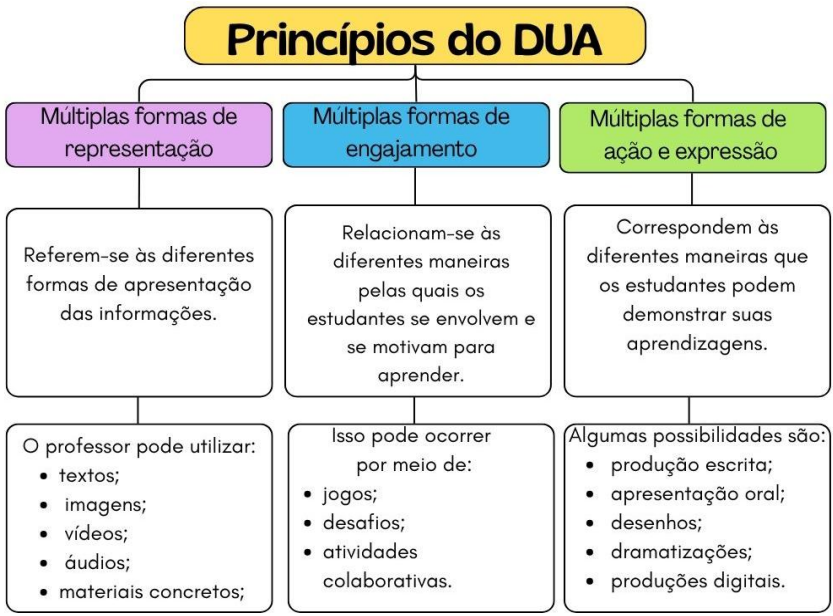
Nunes e Madureira (2015) compreendem o DUA como uma abordagem curricular que busca minimizar as barreiras à aprendizagem e ampliar as oportunidades de sucesso escolar, propondo que o professor analise as limitações presentes na organização do ensino, em vez de atribuir as dificuldades exclusivamente aos estudantes.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico passa a considerar diferentes formas de ensinar, aprender e avaliar, valorizando a diversidade presente nas salas de aula.

Para refletir: Ao elaborar seu planejamento, de que forma você garante que todos os estudantes tenham acesso ao conteúdo, possam participar ativamente das propostas e disponham de diferentes possibilidades para demonstrar suas aprendizagens?

3.1.3 Os princípios do DUA

Os três princípios do DUA estão fundamentados em evidências das neurociências e organizam o planejamento pedagógico em dimensões complementares: **engajamento** (por que aprender), **representação** (o que aprender) e **ação e expressão** (como demonstrar a aprendizagem). O fluxograma a seguir sintetiza esses princípios e ilustra como eles se articulam para favorecer uma aprendizagem mais acessível, significativa e inclusiva para todos os estudantes.



Fonte: autoria própria

Esses princípios orientam a organização de práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas.

3.1.4 O planejamento pedagógico baseado no DUA

O planejamento fundamentado no DUA busca antecipar possíveis barreiras à aprendizagem e ampliar as oportunidades de participação dos estudantes.

Além dos três princípios, o CAST propõe pontos de verificação que auxiliam o professor na organização das atividades pedagógicas, contemplando aspectos relacionados ao acesso às informações, à construção do conhecimento e ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

Essa perspectiva incentiva o uso de diferentes recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, estratégias colaborativas e formas diversificadas de avaliação.



Vamos colocar em prática?

Planejamento com base no DUA

Pense em uma atividade que você desenvolverá em sua turma.
Como vou despertar o interesse dos estudantes?

_____

Quais recursos utilizarei para apresentar o conteúdo?

_____

Como os estudantes poderão demonstrar suas aprendizagens?

_____

Que barreiras podem surgir e como posso minimizá-las?

_____

3.1.5 O DUA e a prática docente

Pesquisas recentes apontam que o DUA constitui uma importante estratégia para a promoção da acessibilidade curricular e da educação inclusiva, favorecendo práticas pedagógicas flexíveis e centradas na participação dos estudantes.

Entretanto, os estudos também indicam desafios relacionados à implementação dessa abordagem, destacando a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada dos professores, no planejamento colaborativo e na reorganização das práticas pedagógicas.

Assim, o DUA pode ser compreendido como uma importante ferramenta para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, contribuindo para reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de aprendizagem de todos os estudantes.

Resumindo...

✓ O DUA surgiu a partir dos princípios do Desenho Universal e das contribuições da neurociência.

✓ Seu objetivo é reduzir barreiras à aprendizagem e ampliar o acesso ao currículo.

✓ O DUA está organizado em três princípios: engajamento, representação e ação e expressão.

✓ O planejamento pedagógico baseado no DUA beneficia todos os estudantes.

✓ A efetivação dessa abordagem depende da formação docente e da construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Desafios para o leitor:

Após a leitura deste capítulo, escolha uma atividade que você já realiza com sua turma e reflita:

1. Como despertar o interesse de diferentes estudantes?
2. Que recursos variados podem ser utilizados para apresentar o conteúdo?
3. De que formas os estudantes poderão demonstrar suas aprendizagens?
4. Que barreiras podem ser antecipadas e minimizadas durante o planejamento?

Reflexões:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3.2 Ensino Colaborativo: fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas

A construção de uma escola inclusiva envolve o compromisso coletivo com a aprendizagem e a participação de todos os estudantes. Nesse contexto, o Ensino Colaborativo, também conhecido como coensino, tem sido apontado pelas pesquisas científicas como uma importante estratégia para promover práticas pedagógicas mais acessíveis, flexíveis e comprometidas com a diversidade presente nas salas de aula.

Os estudos desenvolvidos na área da Educação Especial evidenciam que o trabalho colaborativo entre professores do ensino

comum e profissionais da Educação Especial favorece a organização de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, contribuindo para o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial (Buss; Giacomazzo, 2019; Casal; Fragoso, 2019).

Neste capítulo, serão apresentados os principais fundamentos do Ensino Colaborativo, suas contribuições para a educação inclusiva e algumas possibilidades de aplicação no cotidiano escolar.

3.2.1 O que é o Ensino Colaborativo?

O Ensino Colaborativo caracteriza-se pela atuação conjunta entre professores do ensino comum e da Educação Especial, que compartilham responsabilidades relacionadas ao planejamento, à execução e à avaliação das atividades pedagógicas desenvolvidas com grupos heterogêneos de estudantes.

Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), essa estratégia pressupõe uma parceria entre os profissionais envolvidos no processo educativo, promovendo o compartilhamento de conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, o Ensino Colaborativo rompe com a compreensão de que a inclusão escolar é responsabilidade exclusiva do professor especialista, fortalecendo a corresponsabilização dos profissionais e favorecendo a construção de práticas pedagógicas inclusivas (Casal; Fragoso, 2019).



Você sabia?

O Ensino Colaborativo não consiste apenas na presença de dois profissionais na escola. Sua principal característica é o planejamento compartilhado e a construção conjunta de estratégias pedagógicas.

3.2.2 O Ensino Colaborativo e a educação inclusiva

O aumento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns tem ampliado a necessidade de estratégias pedagógicas capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula.

Nesse contexto, as pesquisas indicam que o Ensino Colaborativo favorece a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, permitindo a flexibilização curricular, a adaptação de recursos e a diversificação das metodologias de ensino (Buss; Giacomazzo, 2019)

Além disso, Setúval e Júnior (2025) destacam que o trabalho colaborativo contribui para ampliar as oportunidades de participação dos estudantes e fortalecer a inclusão escolar.

Para refletir: a sua prática docente, o planejamento é construído de forma colaborativa, com diálogo entre os professores do ensino comum e da Educação Especial, compartilhamento de estratégias pedagógicas e ações que favoreçam a participação de todos os estudantes?

3.2.3 A colaboração como oportunidade de aprendizagem profissional

As pesquisas apontam que o Ensino Colaborativo não beneficia apenas os estudantes, mas também contribui para o desenvolvimento profissional docente.

Segundo Toledo e Vitaliano (2012), as práticas colaborativas favorecem a troca de experiências, a reflexão sobre a prática pedagógica e a construção coletiva de conhecimentos relacionados à educação inclusiva.

Além disso, o planejamento compartilhado amplia as possibilidades de flexibilização curricular e favorece a elaboração de estratégias pedagógicas diversificadas, contribuindo para a participação ativa dos estudantes nas atividades escolares (Buss; Giacomazzo, 2019).

3.2.4 Formação docente e desafios do Ensino Colaborativo

Embora os benefícios do Ensino Colaborativo sejam amplamente reconhecidos, sua implementação ainda enfrenta desafios importantes.

Os estudos analisados indicam que muitos professores apresentam dificuldades relacionadas ao trabalho em equipe, ao planejamento conjunto e à compreensão das atribuições dos profissionais envolvidos na inclusão escolar (Setúval; Júnior, 2025).

Nesse sentido, Toledo e Vitaliano (2012) destacam a importância da formação inicial e continuada, bem como dos processos de pesquisa colaborativa, para fortalecer práticas inclusivas e consolidar culturas colaborativas nas escolas.

Entre os principais desafios apontados pelas pesquisas, destacam-se:

- falta de tempo para planejamento conjunto;
- sobrecarga de trabalho docente;
- ausência de formação continuada;
- dificuldades de comunicação entre os profissionais;

- insuficiente apoio da gestão escolar;
- práticas pedagógicas ainda marcadas pela homogeneização do ensino (Casal; Fragoso, 2019; Buss; Giacomazzo, 2019)

3.2.5 Planejamento colaborativo: quando a parceria transforma a prática

Conhecer experiências desenvolvidas em diferentes escolas permite compreender como os princípios do Ensino Colaborativo podem ser incorporados ao cotidiano escolar. As experiências apresentadas a seguir evidenciam que a construção de práticas colaborativas exige planejamento, diálogo, formação continuada e apoio institucional, mas também demonstram que, quando essas condições são favorecidas, o trabalho conjunto entre o professor do ensino comum e o professor da Educação Especial contribui significativamente para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Ao aproximar teoria e prática, esses estudos demonstram que a colaboração entre o professor do ensino comum e o professor da Educação Especial pode fortalecer o planejamento pedagógico, ampliar as estratégias de ensino e favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial. A seguir, são apresentadas algumas experiências exitosas descritas na literatura, que podem inspirar a organização de práticas colaborativas no contexto escolar.

Experiência 1:
Pesquisa colaborativa na formação de professores

Uma experiência desenvolvida na rede municipal de São Carlos (SP) demonstrou que a formação continuada baseada na pesquisa colaborativa pode favorecer a implementação do Ensino Colaborativo nas escolas. O processo formativo reuniu professores do ensino comum e da Educação Especial em momentos sistemáticos de estudo, reflexão e planejamento compartilhado,

possibilitando a construção coletiva de estratégias pedagógicas voltadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial (Toledo; Vitaliano, 2012).

Durante os encontros, os docentes discutiam situações vivenciadas no cotidiano escolar, analisavam as barreiras enfrentadas pelos estudantes e planejavam intervenções conjuntas para favorecer sua participação e aprendizagem. Esse movimento fortaleceu o diálogo entre os profissionais, ampliou a compreensão sobre os princípios da Educação Inclusiva e contribuiu para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais colaborativas.

Os resultados evidenciaram que o Ensino Colaborativo depende da existência de espaços institucionais destinados ao planejamento conjunto, da formação continuada e do compromisso da gestão escolar com a construção de uma cultura colaborativa.

Experiência 2:
Ensino Colaborativo em três instituições públicas

Vianna et al. (2015) relatam a implantação do Ensino Colaborativo em três instituições públicas do estado do Rio de Janeiro. A proposta foi construída por meio da atuação conjunta entre o professor do ensino comum e o professor da Educação Especial, que passaram a compartilhar o planejamento das aulas, a organização das estratégias pedagógicas e o acompanhamento dos estudantes.

Ao longo da experiência, os professores participaram de reuniões periódicas de planejamento, Conselhos de Classe e momentos de avaliação conjunta das práticas desenvolvidas. A presença do professor da Educação Especial deixou de estar restrita ao atendimento individualizado, passando a integrar o planejamento pedagógico da turma e a construção coletiva das estratégias de ensino.

As autoras destacam que a principal mudança ocorreu na relação entre os profissionais, marcada pelo fortalecimento do diálogo, da confiança e da corresponsabilização pelo processo de

ensino e aprendizagem. Entretanto, ressaltam que o sucesso da proposta depende do apoio da gestão escolar, da definição clara dos papéis dos docentes e da garantia de tempo para o planejamento conjunto (Vianna et al., 2015).

Experiência 3:
O planejamento compartilhado como prática inclusiva

As pesquisas de Buss e Giacomazzo (2019) e Casal e Fragoso (2019) evidenciam que o Ensino Colaborativo fortalece a organização do trabalho pedagógico quando o professor do ensino comum e o professor da Educação Especial compartilham responsabilidades relacionadas ao planejamento, à implementação das atividades e à avaliação da aprendizagem.

Os estudos mostram que o planejamento conjunto permite identificar previamente as barreiras presentes no currículo, selecionar recursos pedagógicos mais adequados, diversificar estratégias de ensino e acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, o diálogo permanente entre os profissionais favorece a troca de conhecimentos e amplia as possibilidades de resolução dos desafios encontrados no cotidiano escolar.

Embora apontem resultados positivos, os autores destacam que ainda existem desafios para a consolidação dessa prática, como a falta de tempo para planejamento, a ausência de formação continuada e a necessidade de maior apoio institucional. Mesmo assim, reforçam que o Ensino Colaborativo constitui uma estratégia promissora para fortalecer a Educação Inclusiva e qualificar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.



Vamos colocar em prática?

Planejamento Colaborativo

Qual situação pedagógica demanda trabalho conjunto?

_____

Quais potencialidades do estudante foram identificadas?

_____

Quais barreiras precisam ser minimizadas?

_____

Que estratégias pedagógicas podem ser desenvolvidas?

_____

Quais profissionais participarão dessa ação?

_____

Como será realizado o acompanhamento?

_____

3.2.6 O Ensino Colaborativo e a construção de práticas inclusivas

As pesquisas analisadas evidenciam que o Ensino Colaborativo constitui uma importante estratégia para fortalecer a educação inclusiva e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes (Vianna et al., 2015; Buss; Giacomazzo, 2019; Casal; Fragoso, 2019).

O trabalho conjunto entre os profissionais favorece a flexibilização curricular, a utilização de recursos diversificados, a organização de ambientes acessíveis e a construção de práticas pedagógicas centradas na participação dos estudantes (Silva; Lopes; Quadros, 2024).

Entretanto, sua efetivação depende de investimentos em formação docente, reorganização das condições de trabalho e fortalecimento de práticas institucionais que valorizem a

colaboração como princípio fundamental da inclusão escolar (Toledo; Vitaliano, 2012; Casal; Fragoso, 2019).

Assim, o Ensino Colaborativo pode ser compreendido como uma estratégia capaz de aproximar profissionais, fortalecer a prática pedagógica e contribuir para a construção de escolas mais inclusivas.

Resumindo...

✓ O Ensino Colaborativo baseia-se no compartilhamento de responsabilidades entre profissionais da educação.

✓ Favorece a flexibilização curricular e a participação dos estudantes.

✓ Contribui para o desenvolvimento profissional docente.

✓ Sua implementação depende da formação continuada e do planejamento conjunto.

✓ Constitui uma importante estratégia para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Desafios para o leitor:

Após a leitura deste capítulo, reflita:

1.Como ocorre o trabalho colaborativo em sua escola?

2. Quais estratégias poderiam fortalecer a parceria entre os profissionais?
3. Que ações colaborativas podem favorecer a participação dos estudantes em sua turma?
4. Como o planejamento compartilhado pode contribuir para uma prática pedagógica mais inclusiva?

Reflexões:

4. Planejamento Educacional Individualizado (PEI): planejando para as singularidades dos estudantes

A construção de práticas pedagógicas inclusivas requer estratégias que auxiliem os professores na organização do ensino e no acompanhamento das necessidades e potencialidades dos estudantes que encontrem barreiras para o acesso ao conhecimento e participação no ambiente escolar. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui uma importante ferramenta pedagógica, contribuindo para o planejamento de estratégias que favoreçam o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial.

Mais do que um documento administrativo, o PEI representa um processo contínuo de planejamento, acompanhamento e avaliação, envolvendo diferentes profissionais da educação, a família e, sempre que possível, o próprio estudante. Sua elaboração possibilita a definição de objetivos, estratégias e recursos que considerem as características individuais dos estudantes e promovam sua participação no contexto escolar.

Neste capítulo, serão apresentados os principais fundamentos do PEI, suas contribuições para a educação inclusiva, os resultados das pesquisas científicas e sua articulação com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o Ensino Colaborativo.

4.1 O que é o Planejamento Educacional Individualizado?

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) constitui um importante instrumento de planejamento pedagógico voltado à organização de estratégias educacionais que considerem as potencialidades, as necessidades e os objetivos de aprendizagem de cada estudante. No contexto das políticas públicas brasileiras, a Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) prevê o planejamento de estudo de caso, a elaboração do plano de atendimento educacional especializado, a organização de recursos e serviços de acessibilidade e a disponibilização de tecnologias assistivas, elementos que fundamentam a construção de planejamentos individualizados. Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva passou a mencionar expressamente o PEI como instrumento de apoio à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial (Brasil, 2015; Brasil, 2025).

Segundo Mascaro (2017; 2018) e Mascaro e Redig (2021), o PEI deve contemplar as potencialidades, interesses, necessidades educacionais, objetivos de aprendizagem, recursos pedagógicos, profissionais envolvidos e estratégias que orientarão o processo educativo.

Além disso, trata-se de proposta pedagógica flexível, que deve ser constantemente revisada, permitindo a reorganização das propostas de ensino de conteúdos e o estabelecimento de novos objetivos, conforme o desenvolvimento do estudante.



Você sabia?

O PEI não é um documento burocrático, trata-se uma forma de organização da dinamização curricular. Seu principal objetivo é orientar práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e a participação do estudante no contexto escolar.

4.2 O que as pesquisas científicas revelam sobre o PEI?

As pesquisas científicas apontam que o Planejamento Educacional Individualizado constitui uma importante estratégia para promover a educação inclusiva, ao favorecer a organização de práticas pedagógicas centradas nas necessidades e potencialidades dos estudantes (Silva; Camargo, 2021; Mascaro, 2017, 2018; Mascaro; Redig, 2021, 2024).

Silva e Camargo (2021) definem o PEI como uma metodologia colaborativa construída a partir das características individuais do estudante, considerando aspectos como idade, desenvolvimento, habilidades, conhecimentos prévios e necessidades educacionais, com o objetivo de estabelecer metas de aprendizagem e acompanhar seu desenvolvimento acadêmico e funcional.

No contexto brasileiro, as pesquisas indicam que o instrumento ainda apresenta baixa incidência de utilização e limitada sistematização teórica e prática.

Silva e Camargo (2021) destacam que o PEI frequentemente é confundido com o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), situação que pode reduzir seu caráter pedagógico e colaborativo.

Além disso, os estudos apontam desafios relacionados:

- à formação continuada dos professores;
- ao desconhecimento sobre o instrumento;
- à ausência de diretrizes institucionais claras;
- às dificuldades de articulação entre os profissionais;
- à limitada participação da família no processo de planejamento.

Para refletir: Na sua escola, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é elaborado de forma colaborativa, considerando as potencialidades do estudante, a participação da família e o acompanhamento periódico dos objetivos estabelecidos?

4.3 O PEI e a construção de práticas pedagógicas inclusivas

As pesquisas evidenciam que o PEI favorece a organização do trabalho docente e amplia as possibilidades de participação dos estudantes no currículo escolar (Mascaro, 2017, 2018; Silva; Camargo, 2021; Mascaro; Redig, 2021, 2024).

Segundo Mascaro (2017), o planejamento individualizado permite organizar objetivos pedagógicos, recursos, estratégias metodológicas e formas diversificadas de avaliação, considerando as singularidades dos estudantes.

Essa perspectiva favorece o uso de materiais concretos, tecnologias assistivas, recursos digitais e diferentes estratégias pedagógicas capazes de ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Entretanto, Redig (2014) e Mascaro (2010) alertam que modelos excessivamente padronizados podem comprometer o caráter individualizado do instrumento, quando não são adequadamente adaptados às necessidades específicas dos estudantes. Assim, o PEI deve ser compreendido como um instrumento flexível e contextualizado, capaz de orientar práticas pedagógicas inclusivas.

O PEI representa um processo contínuo de reflexão, planejamento e avaliação, contribuindo para a construção de uma escola comprometida com a diversidade e com o direito à educação de todos.



Vamos colocar em prática?

Roteiro para elaboração do PEI:

Quais são as potencialidades do estudante?

_____

Quais interesses podem favorecer sua aprendizagem?

_____

Quais barreiras precisam ser minimizadas?

_____

Que estratégias pedagógicas serão utilizadas?

_____

Quais recursos serão necessários?

_____

Quem participará desse planejamento?

_____

Como será realizado o acompanhamento dos objetivos?

_____

Resumindo...

✓ O PEI caracteriza-se como uma forma de acessibilidade do ensino para os estudantes que encontram barreiras em seu processo de escolarização previsto na legislação brasileira.

✓ Deve considerar as potencialidades, necessidades e interesses dos estudantes.

✓ Sua elaboração deve envolver profissionais, família e estudante.

✓ As pesquisas apontam benefícios e desafios relacionados à sua implementação.

✓ A articulação entre PEI, DUA e Ensino Colaborativo fortalece práticas pedagógicas inclusivas.

Desafios para o leitor:

Após a leitura deste capítulo, observe sua realidade escolar e reflita:

1. O PEI utilizado em sua escola contempla as singularidades dos estudantes?
2. Como a família pode participar mais ativamente desse processo?
3. Que princípios do DUA podem ser incorporados ao planejamento?
4. Como o trabalho colaborativo pode fortalecer a implementação do PEI?

Reflexões:

_____
_____
_____
_____
_____

5. Integrando DUA, Ensino Colaborativo e PEI: da teoria à prática pedagógica

Ao longo dos capítulos 3 e 4, foram apresentados três importantes referenciais para a construção de práticas pedagógicas inclusivas: o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo e o Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

Embora possuam características próprias, essas abordagens não atuam de forma isolada. Pelo contrário, complementam-se e fortalecem o planejamento pedagógico, possibilitando que a escola responda às diferentes necessidades dos estudantes.

Segundo Mascaro e Redig (2024), a articulação entre DUA, Ensino Colaborativo e PEI amplia as possibilidades de eliminação das barreiras à aprendizagem e favorece a construção de ambientes educacionais mais acessíveis.

Neste capítulo, você compreenderá como essas três estratégias podem ser utilizadas de forma integrada.

5.1 Compreendendo a relação entre DUA, Ensino Colaborativo e PEI

Cada uma dessas abordagens possui uma finalidade específica:

DUA	Ensino Colaborativo	PEI
Planeja para toda a turma	Planeja com a equipe	Planeja considerando as singularidades do estudante
Remove barreiras do currículo	Compartilha responsabilidades	Organiza objetivos individualizados
Beneficia todos os estudantes	Fortalece o trabalho docente	Orienta intervenções específicas

Flexibiliza estratégias e avaliações	Promove corresponsabilidade	Acompanha o desenvolvimento do estudante

Fonte: autoria própria.



Você sabia?

Essas três abordagens não competem entre si. Quando utilizadas de forma articulada, tornam o planejamento pedagógico mais acessível, flexível e inclusivo (Mascaro; Redig, 2024).

5.1.1 Estudo de caso

Conhecendo Daniela

Daniela tem 8 anos e está matriculada no 3º ano do Ensino Fundamental.

Ela possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Entre suas características estão: boa memória visual, interesse por animais, dificuldade para permanecer longos períodos sentada, comunicação verbal restrita e necessita de apoio para organização das atividades.

A professora observa que Maria participa das aulas, mas apresenta dificuldades quando as atividades são exclusivamente escritas e muito extensas.

Como o DUA pode contribuir?

Antes mesmo de pensar em adaptações individuais, a professora reorganiza a atividade.

Ela decide:

- apresentar o conteúdo utilizando imagens;

•utilizar vídeos curtos;
•oferecer materiais concretos;
•permitir diferentes formas de registro;
•dividir a atividade em pequenas etapas;
•utilizar recursos visuais para organizar a rotina.

Perceba que essas estratégias beneficiam toda a turma.

Como o Ensino Colaborativo pode contribuir?

A professora conversa com:

- professora do AEE;
- coordenação pedagógica;
- família.

Juntas, discutem: potencialidades da estudante, dificuldades observadas, estratégias que funcionam melhor, recursos necessários.

O planejamento deixa de ser individual e passa a ser construído coletivamente.

Como o PEI pode contribuir?

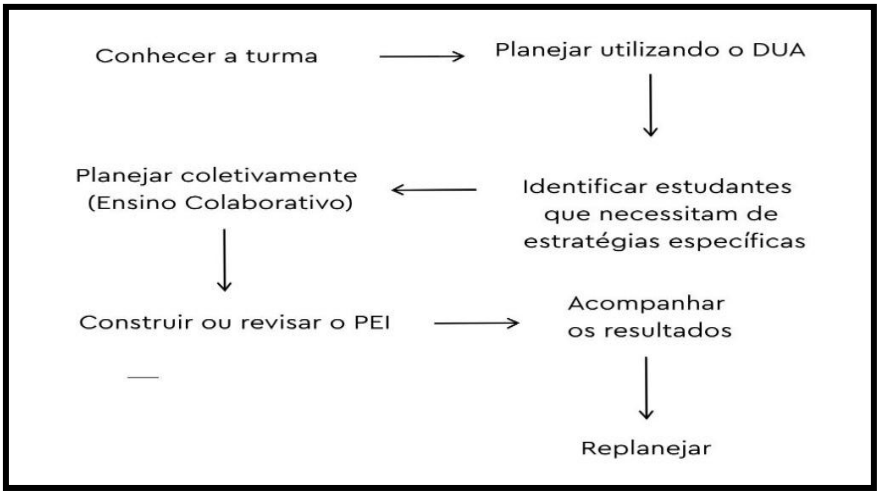
Após as observações, a equipe elabora o PEI.

Define: Objetivos, Estratégias, Recursos, Forma de avaliação, Periodicidade do acompanhamento.

O PEI orienta as ações específicas necessárias para favorecer o desenvolvimento de Daniela.

5.1.2 Integrando as estratégias

Observe o fluxo a seguir.



Fonte: autoria própria.

Vamos colocar em prática?

Escolha um estudante da sua turma e complete:
Nome (ou iniciais): _____
Potencialidades:_____
Interesses:_____
Barreiras observadas: _____
Como o DUA pode ajudar?
_____
Quem pode colaborar?
_____
Há necessidade de PEI?
_____
_____

Resumindo...

✓ O DUA organiza o currículo.
✓ O Ensino Colaborativo fortalece o planejamento.
✓ O PEI individualiza estratégias.
✓ As três abordagens são complementares.
✓ O planejamento inclusivo começa antes da aula.

6. Oficina prática: planejando para uma escola inclusiva

A seguir, você encontrará modelos de planejamento para o Ensino Colaborativo, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o Plano Educacional Individualizado (PEI). Esses modelos têm como objetivo servir de apoio à organização do planejamento pedagógico e podem ser adaptados à realidade de cada escola e às necessidades dos estudantes.

Planejamento pautado no DUA

Perfil da turma

Número de estudantes	
PAEE matriculados	
Principais características da turma	
Quais barreiras você observa?	

Escolha do(s) estudante(s)

Quais suas potencialidades?	

Quais os seus interesses?	
Possui alguma necessidade específica?	
Qual sua forma de comunicação?	
Como participa das atividades no grupo?	

Identificando barreiras

Situação	**Barreira**	**Como eliminar?**
Organização da sala		
Atividades		
Avaliação		
Recursos		
Comunicação		

Desenvolvimento do planejamento utilizando o DUA

Tema	Objetivos	Estratégias de engajamento	Estratégias de representação	Estratégias de ação e expressão

Checklist DUA

- A atividade desperta o interesse dos estudantes?
- Existem diferentes formas de apresentação do conteúdo?
- Os estudantes podem demonstrar suas aprendizagens de maneiras variadas?
- Os recursos utilizados são acessíveis?

Etapas para um Planejamento Colaborativo

Etapa 1 – Levantamento das necessidades
Professor regente: Apresenta as observações sobre participação, aprendizagem e dificuldades do estudante na sala comum.
Professor do AEE: Compartilha informações da avaliação pedagógica especializada e das habilidades já desenvolvidas no AEE.
Coordenação: Organiza a reunião, garante a participação da equipe e promove o diálogo.
Outros profissionais: Família, mediador escolar, equipe multiprofissional (quando houver), gestão escolar.
O que será discutido: Potencialidades, interesses, barreiras à aprendizagem e necessidades de apoio.

Acompanhamento: Registro inicial das decisões e definição das prioridades.

Etapa 2 – Planejamento das estratégias
Professor regente: Define os objetivos curriculares da turma e propõe atividades acessíveis.
Professor do AEE: Sugere adaptações, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias fundamentadas no DUA.
Coordenação: Auxilia na organização do planejamento coletivo e assegura alinhamento ao currículo da escola.
Outros profissionais: Podem contribuir com informações específicas sobre comunicação, comportamento, mobilidade ou desenvolvimento.
O que será discutido: Objetivos de aprendizagem, adaptações, recursos, formas de participação e apoios necessários.
Acompanhamento: Registro das responsabilidades de cada profissional e cronograma de execução.

Etapa 3 – Implementação
Professor regente: Desenvolve as atividades em sala, favorecendo a participação de todos os estudantes.
Professor do AEE: Acompanha, orienta e oferece suporte ao professor, sem substituir sua atuação.
Coordenação: Monitora a execução do planejamento e favorece momentos de troca entre os profissionais.
Outros profissionais: Colaboram conforme suas atribuições institucionais.
O que será discutido: Ajustes durante a prática pedagógica, observação dos avanços e dificuldades.
Acompanhamento: Observações sistemáticas registradas pelos profissionais.

Etapa 4 – Avaliação e replanejamento
Professor regente: Avalia o desenvolvimento do estudante em relação aos objetivos curriculares.
Professor do AEE: Analisa a efetividade das estratégias e propõe novos encaminhamentos quando necessário.
Coordenação: Promove reuniões periódicas para análise dos resultados e tomada de decisões.
Outros profissionais: Família e equipe de apoio podem compartilhar percepções sobre os avanços do estudante.
O que será discutido: Avanços, dificuldades persistentes, necessidade de novas estratégias ou revisão dos objetivos.
Acompanhamento: Atualização do planejamento e, quando necessário, revisão do PEI.

Planejamento no Ensino Colaborativo

Ano/Turma: _____Período:_____
Professor(a) Regente: _____
Professor(a) do AEE: _____
Estudante(s): _____

Objetivos de aprendizagem

Objetivo da turma: _____
Objetivo do estudante: _____

Planejamento colaborativo

Conteúdo/ Habilidade	Estratégias pedagógicas	Recursos de acessibilidade	Organização e participação do estudante	Avaliação

Checklist para o Ensino Colaborativo:

- Planejamento realizado em conjunto.
- Definição de responsabilidades.
- Objetivos compartilhados.
- Recursos definidos.
- Cronograma de acompanhamento.
- Avaliação coletiva.

Elaborando o PEI
Modelo de PEI
Etapa 1 – Identificação do estudante

Nome:	**Turma:**
Idade:	
Potencialidades:	
Interesses:	
Necessidades educacionais:	

Etapa 2 – Planejamento das atividades

Objetivos:
Estratégias pedagógicas:
Recursos de acessibilidade:
Desenvolvimento das atividades:
Critérios de acompanhamento:
Observações:
Participantes da elaboração:
Prazo:
Data da revisão:

Observação: este modelo é um exemplo formativo e deve ser adaptado às orientações da rede de ensino em que o professor atua, respeitando a legislação e os documentos institucionais vigentes.

Checklist: O PEI está bem elaborado?

- **Foi construído de forma colaborativa?**

Envolveu o professor regente, o professor do AEE, a coordenação pedagógica e, sempre que possível, a família.

- **Parte das potencialidades e necessidades do estudante?**

Os objetivos foram definidos considerando as habilidades, os interesses e as barreiras à aprendizagem, e não apenas o diagnóstico.

- **Está alinhado ao currículo da turma?**

Os objetivos de aprendizagem dialogam com o currículo, garantindo a participação do estudante nas atividades da classe comum.

- **Define estratégias e recursos pedagógicos?**

Apresenta adaptações, recursos de acessibilidade e estratégias fundamentadas no DUA para favorecer a aprendizagem.

- **Prevê acompanhamento e revisão?**

Estabelece como os avanços serão registrados, quem será responsável pelo acompanhamento e quando o plano será reavaliado.

7. Considerações finais

Promover uma educação inclusiva significa reconhecer que cada estudante aprende de maneira singular e que a escola tem o compromisso de criar oportunidades para que todos participem e aprendam com qualidade. Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Colaborativo e o Plano Educacional Individualizado (PEI) constituem importantes referenciais para o planejamento e a organização de práticas pedagógicas mais acessíveis, flexíveis e equitativas.

Este e-book é produto da dissertação intitulada "A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO ESTRATÉGIA MINIMIZADORA DAS BARREIRAS PARA A INCLUSÃO", elaborado com o propósito de apoiar professores e demais profissionais da educação na compreensão desses conceitos e na sua aplicação no cotidiano escolar. Mais do que apresentar fundamentos teóricos, buscou oferecer instrumentos práticos que possam contribuir para a construção de ambientes de aprendizagem que valorizem as potencialidades dos estudantes e reduzam as barreiras à participação e à aprendizagem.

É importante destacar que não existem modelos únicos ou respostas prontas para a inclusão. Cada escola, cada turma e cada estudante apresentam características e necessidades próprias. Por isso, os materiais e modelos aqui apresentados devem ser compreendidos como referências, passíveis de adaptação à realidade de cada contexto educacional.

Espera-se que este material incentive o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, equipe gestora, profissionais da Educação Especial e famílias, favorecendo a construção de práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na corresponsabilidade e no compromisso com uma educação de qualidade para todos.

Que este material possa inspirar reflexões, ampliar possibilidades e contribuir para que a inclusão deixe de ser apenas um princípio previsto em documentos legais e se consolide, cada vez mais, como uma prática cotidiana nas escolas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 22 de setembro de 2025. **Institui o Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BUSS, Caroline; GIACOMAZZO, Graziela Inês. **As interações pedagógicas na perspectiva do ensino colaborativo (coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 655-670, out./dez. 2019. DOI: 10.1590/S1413-65382519000400008.

CASAL, João Carlos Vieira; FRAGOSO, Francisca Maria Rochas Almas. **Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, e58, p. 1-16, 2019. DOI: 10.5902/1984686X26898.

CAST. **Diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), versão 3.0**. Tradução de Rita Bersch *et al.* Wakefield, MA: CAST, 2024.

HEREDERO, Eladio Sebastián. **Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia para a inclusão escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Plano Educacional Individualizado: reflexões e práticas para a inclusão escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Plano Educacional Individualizado: perspectivas para a escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado (PEI): caminhos para a escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado (PEI): caminhos para a escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, e240034, 2019. DOI: 10.1590/S1413-24782019240034.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. **Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas**. *Da Investigação às Práticas*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes, políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2020.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; VITALIANO, Célia Regina. **Desenho Universal para a Aprendizagem: fundamentos, princípios e práticas**. Curitiba: CRV, 2022.

REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado: contribuições para a escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

REDIG, Annie Gomes; GLAT, Rosana (org.). **Programa Educacional Individualizado em foco: desafios e possibilidades para a inclusão**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

SETÚVAL, Bruna de Oliveira; ALVES JÚNIOR, Edson Pantaleão. **Estudos de caráter colaborativo relacionados ao uso de recursos pedagógicos e estratégias de ensino para inclusão do estudante público da Educação Especial.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 31, e0200, 2025. DOI: 10.1590/1980-54702025v31e0200.

SILVA, Gabrielle Lenz da; CAMARGO, Síglia Pimentel Höher. **Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 34, e49, p. 1-23, 2021. DOI: 10.5902/1984686X66509.

SILVA, Isnary; LOPES, Betania Jacob Stange; QUADROS, Silvia. **Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 37, n. 1, e17, p. 1-32, 2024. DOI: 10.5902/1984686X74315.

TOLEDO, Elizabete Humai de; VITALIANO, Célia Regina. **Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com**

vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 18, n. 2, p. 319-336, abr./jun. 2012. DOI: 10.1590/S1413-65382012000200010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo: fundamentos e práticas para a inclusão escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

Sobre as autoras

Bianca Burlandy Mota de Melo
Mestre em Educação Inclusiva pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto A Vez do Mestre, vinculado à Universidade Cândido Mendes (AVM/UCAM), e em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Atualmente, cursa especialização em Desenho Universal para a Aprendizagem pela Universidade São Judas Tadeu. Atua há 14 anos na educação pública e, atualmente, é professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Integra os grupos de pesquisa Letramento na Educação Especial: Processos Cognitivos e Psicossociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e LabDUA – Laboratório de Práticas Educativas para Fomentar o Design Universal para a Aprendizagem, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Desenvolve estudos nas áreas de currículo, formação de professores e Educação Inclusiva, com ênfase no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), Ensino Colaborativo e Plano Educacional Individualizado (PEI).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4872199416552795

Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro
Professora Associada da Faculdade de Educação da UERJ. Departamento de Educação Inclusiva e Continuada (DEIC) - Professora do quadro permanente do Programa de Pós- Graduação em Educação da UERJ- ProPED/UERJ. Professora colaboradora do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/ UEM. Doutora (2017) e Mestre (2014) pelo Programa de Pós- Graduação

em Educação da UERJ. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000). Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2002) e em Gestão Pedagógica: Orientação e Supervisão Educacional pela Universidade Veiga de Almeida (2010). Coordenadora de Monografias do CEDERJ no curso de Pedagogia/UERJ. Pesquisadora JCNE FAPERJ/ Procientista UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Letramento na Educação Especial: processos cognitivos e psicossociais/ CNPQ. Integrante do Grupo de Pesquisa "Inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais: práticas pedagógicas, cultura escolar e aspectos psicossociais", vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Atuou como Professora de Educação Especial e Coordenadora da Divisão de Inclusão da Fundação de Apoio à Escola Técnica FAETEC (2002-2019).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2487098320161463

Este livro busca aproximar a pesquisa da realidade da sala de aula, convidando à reflexão sobre as barreiras presentes no cotidiano escolar e sobre as possibilidades de construir práticas pedagógicas mais inclusivas. Nesse percurso, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e o Ensino Colaborativo são apresentados como possibilidades para favorecer a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes.

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-3235-5